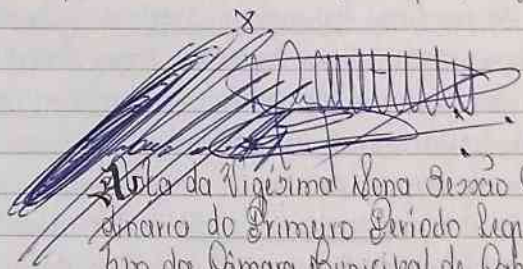


o cumprimento do rito regimental, relativos ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Projeto de Lei nº 020/95 de autoria do Vereador Edyardo Correia Neto, assunto: Passa a denominar-se Avenida Barão Porduro, a Rua sem saída, localizado perpendicularmente na Rua da Pessoa, em frente a Praça Vereador Oswaldo Rodrigues, Centro de Cabo Frio. Requerimento nº 062/95 de autoria do Vereador Nelson Roberto Sereiro de Souza, assunto: Solicita à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a instalação de um posto no Bairro Jacaré. Indicação nº 049/95 de autoria do Vereador Edyardo Correia Neto, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a pavimentação da Avenida Adolfo Bergeranger Júnior, localizada no Bairro Guarany. Terminada a leitura do Expediente, e não havendo oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para a Ordem do Dia desta etapa para a aprovação dos seguintes materiais: Aprovado o Requerimento nº 062/95 e a Indicação nº 049/95. Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 020/95. Terminada a Ordem do Dia e não havendo oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome do Sr. B. para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à aprovação Pluriária, aprovada, será assinada para que produza os efeitos legais.



Ata da Vigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legal da Câmara Municipal de Cabo Frio realizada no dia oito de junho de ano de mil novecentos e noventa e cinco.

As diversas horas do dia oito de junho de ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Augusto Silva da Rocha e com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador Luiz Antônio de Nello Cabas, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal

municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os rep-
tes Vereadores: Udalton Pinto de Andrade, Gires Bessa de Albuquerque, Alfredo Luiz
da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Daqueira dos San-
tos, Eduardo Corrêa Neto, Ivan Luiz de Araújo, Milton Roberto Pereira de Souza,
Sílas Rodrigues Bento e Waldir Maurício de Aquino Neto. Havendo número
regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de
Deus. O requer, foi lido e aprovada a Ata da Vigésima Oitava Sessão Or-
dinária do Primeiro Período Regulatorio. O requer, o Senhor Presidente após o
cumprimento do ato regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura
do Expediente que constou do seguinte: Ofício GAPRE nº 193/95, assunto: Refere-se
ao Requerimento nº 036/95 de autoria do Vereador Waldir Maurício de Aquino
Neto, Requerimento nº 063/95 de autoria do Vereador Sílas Rodrigues Bento, as-
sunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal cópias dos processos de Empe-
nhos referentes ao pagamento de obras de pavimentação de ruas, no perio-
do de 01 de janeiro de 95 à 30 de maio de 95, Indicação nº 051/95 de au-
toria do Vereador Sílas Rodrigues Bento, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito
Municipal implementação das obras de saneamento básico no Bairro Manoel
Correia, Indicação nº 052/95 de autoria do Vereador Ivan Luiz de Araújo, asun-
to: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a construção de um Posto de Saúde
no Bairro São João, Indicação nº 053/95 de autoria do Vereador Ivan Luiz de Araújo,
assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a reforma da Praça do Ri-
beirão, localizada no Bairro São João, Indicação nº 054/95 de autoria do Vereador
Ivan Luiz de Araújo, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a colo-
cação de barreiras na Rua São Belto, para impedir a circulação de motos
e bicicletas, Indicação nº 055/95 de autoria do Vereador Ivan Luiz de Araújo,
assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a construção de Cercado de Luz
no lateral da Ponte Feliciano Sodré, sendo Portinho, Indicação nº 056/95
de autoria do Vereador Ivan Luiz de Araújo, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefe-
to Municipal a reforma do Campo de Futebol localizado no Bairro São João
Abate, incluindo alambrados e arborização. Terminado a leitura do Expediente
o Senhor Presidente parou a Sessão aos Oitavo minutos. Como pri-
meiro Orador inscrito, ocupou a Stribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Bar-
reto, propondo o seguinte discurso: "Senhor Presidente, Vereadores, Meninos presentes,

2

Lore

a gente vem a tribuna para prestar esclarecimentos após termos juro aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, analisado o parecer técnico do Tribunal de Contas, para o ano de 1988, Governo Municipal do Senhor Clair Correia, hoje, Depolado Estadual. E fazemos isso porque entendemos que é nossa obrigação submetendo, é mais do que obrigação, de após submetido ao Pleno, nós enquanto Vereadores, darmos a nossa posição, darmos o voto, é mais do que nossa obrigação, como me referi, fato de que temos que dar publicidade, temos que dar, fazer discussão a respeito deste assunto, aprovação de Contas de Prefeito Municipal, visto que há uma tendência neste país, e a gente de vez sempre buscar as tendências que possam trazer mudanças, trazer as novas e essa tipo de desacreditado, tão desacreditado segmento da sociedade, os políticos, a política. Com muito prazer hoje de manhã cedo, quando recebi o jornal do Brasil, o jornal do Brasil, jornal que tem servido aos Governos, está sempre noticiando o que é de interesse, trazendo na primeira página a posição o respeito da votação no Congresso Nacional, e o comportamento do nosso eleito Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Como colocou o jornal do Brasil, em primeira página, teve falando telefonemas com o Congresso Nacional, fazendo nomeações de última hora, no segundo escalão, no Pará, em Sergipe, em Alagoas, negociando em primeira página do jornal, os votos dentro do Congresso Nacional, pró ou contra qual nos, personagens políticos de nossa idade já presenciamos e já ouvimos e já sabemos, temos certeza que ela está enraizado na gente. Sem ver a sociedade esses os interesses, em talvez seja este o grande descrédito que a população tem hoje com esse figura do político. Na verdade pinga muitas vezes estar preocupado com a população e está sempre no interesse individual, privado. E ao analisar as contas de 1988, do Governo Clair Correia, em nosso município, já havia visto isto em 1984, deixo chamar a atenção dos Senhores Vereadores, principalmente daqueles que tem através do chamado voto político, votado não politicamente, mas votado sempre baseado por interesses que não são, não devem ser e acredito que uma firme reflexão possa levar a mudar de idéia todos aqueles que tem se posicionado em horas em que somos chamados para exercer a nossa responsabilidade de fato. O momento de avaliação de Contas de um Governo Municipal, é sempre um

2

Luz

momento de grande reflexão e nós, Câmara Municipal, vamos fazer isso den-
tro em breve para as Contas de 88, dentro em breve para as Contas do Ex-
terior Sr. Baldanha, e mais tarde, em relação as Contas do atual Prefeito por
Bonifácio. É gostoso que uma nova ira pudesse novamente funcionar aqui
dentro, numa análise mais objetiva do nosso trabalho, numa análise mais
direta do nosso ação, no sentido de nos prevenir e prevenirmos sobre aquilo
que aconteceu e aquilo que poderá acontecer se nós tivermos novamente a infe-
licidade, e, ele está seguindo alguns analistas políticos, a buro de acon-
tecer, hoje Deputado Estadual, hoje com força política bem maior, candidato
a Prefeito de Cabo Frio. E aí Senhores, o que examinamos nas Contas de 88,
nos causou muito mais repugnância, muito mais ira, muito mais vontade
de permanecer na política e brigar e lutar, até que situações como as que
encontramos na Administração de 88, não possam, não devam permanecer
mais impunes como se a população não sentisse a dor disso, como se a
população hoje não estivesse ouvindo os absurdos cometidos por aquele
Administrador. Nessa vez procuramos selecionar algumas coisas, para po-
dermos entender melhor, convertermos melhor com os Vereadores, com a
Imprensa, a respeito do que está contido naquelas Contas e como é que se
chegou a um parecer favorável do Tribunal de Contas, órgão sério, não
julgador, mas que oferece parecer para que nós possamos ser talvez desta
que foi sem dúvida, talvez o ano, por ser derradeiro, por ser Política Eleto-
ral, em que se cometeram as maiores ilegalidades. Como disse, selecionamos
para serem até didáticos, para podermos nos fazer entender, selecionamos
alguns daqueles processos que realmente são processos que chamam a aten-
ção, que tem volume dentro daquelas irregularidades todas, porque como at-
rma o Senhor Juiz Schindler do Tribunal de Contas, é um banhar
de irregularidades e ilegalidades. Dos mil processos analisados pelo Juiz
Extraordinário do Tribunal de Contas, todos eles tem irregularidades e mu-
tos com ilegalidades. E alguns são diferentes, alguns são mais volumosos
alguns não se explicitam de forma alguma, não são erros Processuais etc.
Neste ponto o Orador foi interrompido pelo Vereador Carlos Roberto Roque-
ra dos Santos, com o seguinte aparte: "Olava prestando atenção no pronun-
ciamento do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto e, eu participei dos fatos

M

1
18
dos da Comissão. Não parece que o Senhor tenha explicado que os mil processos
foram realmente mil processos, foram mil processos escolhidos ao acaso e
esses mil processos traziam irregularidades. Foram uma espécie de amostra-
gem que transformou a coisa em realmente muito mais grave até do que pe-
nas mil processos ilegais, possivelmente possuem dez mil processos ilegais. O
Mercedar Alfredo Luiz da Rocha Barreto (proximando) estranhamente a amostra-
gem de mil processos se deu um amo de dez mil processos, o Tribunal de Con-
tas recolheu apenas dez por entre dos processos de compra e vindo que pe-
cou a sua disposição, escolhendo aleatoriamente e só, em segundo momento
é que pediu a anulação do Processo da ACOPLAN, da F. JANNANI e de Depo-
nimento de denúncia do Mercedar Dirlo Pereira da Silva, à época, a respeito de
aquela não estou me recordando, mas era um processo de amostragem. Como
bem disse, podem ter ficado outros processos muito mais irregulares que nós in-
elutavelmente tentamos localizar mas não tivemos muito sucesso, principalmente
no processo da F. JANNANI que não foi encontrado, nem o Tribunal encontra-
na sua diligência relativa ao Município de Cabe de São, nem nós encontramos
atualmente no Arquivo Geral da Prefeitura. Não estando alguns processos, prin-
cipalmente os quatro que nós mencionamos, o processo da família ACOPLAN
Assessoria para empréstimo Bancário, uma firma que foi controlada em
1988, se não me engano em julho de 88, através de procuração ao Senhor
Nilo Nunes, que muitos aqui tiveram oportunidade de conhecer no Governo São
Baldanha, por queim bastante conhecido desta época, um intermediário em algu-
mas negociações, inclusive que nós tomamos conhecimento, através de pedido
de Mercedares. O Dr. Nilo Nogueira conseguiu identificar através de rastre-
amento, que foi identificado como participante, ou coisa do gênero, de tor-
tura no Brasil, identificado pelo Grupo de Tortura Nunca Mais e, era pro-
curador da firma ACOPLAN que fez o negócio com o Senhor Alair Corrêa
para empréstimo Bancário no Banerj, ou seja, intermediando o Banerj
com a Prefeitura para empréstimo de cento e cinquenta milhões de cruzei-
dos na época, com registro que ainda não encontramos lançado no Ba-
lancete daquele ano como entrada e que sim encontramos em Balancete
pagamento dessa intermediação no valor de dez milhões e quinhentos mil
cruzeiros, que foram pagos a firma ACOPLAN no dia 29 de dezembro de

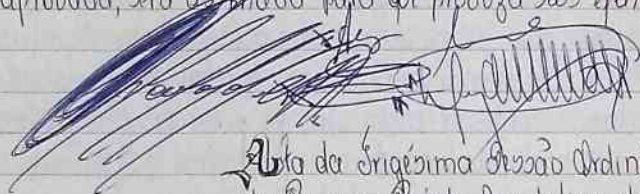
1988, portanto dois dias antes de se fechar o Balanço do ano daquele man-
dato. Além disso, encontramos algumas outras coisas como o feilão que foi
feito com máquinas, carros da Prefeitura que já estavam em sucata, e que
da relação do feilão não constava um Opala Comodoro Chevrolet 1980, que foi
vendido através de autorização do Senhor Secretário de Administração na época,
Senhor Aelites Pereira, o que segundo o Tribunal estaria pertencente a
legalidade do ato, não constava do rol, isso foi mais uma das questões gra-
víssimas que encontramos, a venda de um automóvel, e que segundo infor-
mações hoje se encontra ainda rodando no Município de Cabo Frio, au-
tomóvel público que hoje se encontra, foi vendido sem autorização, sem
possibilidade nenhuma de sendo naquela oportunidade em 1988. Encon-
tramos uma série de grandes obras, ou pequenas obras, mas muito, divi-
didas as mesmas firmas; procuramos tomar conhecimento de que firmas
eram essas, encontramos o nepotismo, era um primo, era de um irmão
eram eles sempre que estavam fazendo essas obras. Procuramos através do
valor desses processos, dessas obras, dar uma busca para saber da reali-
zação dessas obras, porque Senhor Vereadores, todos os pagamentos foram
feitos mas não foram verificados, não foi dada uma conclusão de obra,
ninguém atestando conclusão de obra, ou seja, se colocavam oito mil me-
tros de muro no loteamento Nossa Senhora da Assunção no Jardim Es-
perança, que nós estamos querendo achar, porque já procuramos e não pe-
demos localizá-los, os muros eram colocados ou não eram colocados,
mas o valor era pago e ninguém dava a obra como feita, a obra como
em bom estado. Em aparte, disse o Vereador Milton Roberto: "Eu só queria
fazer um aparte em relação a esse loteamento Nossa Senhora da Assun-
ção, se o Senhor consultou o Órgão Técnico da Prefeitura, da Câmara, se
existe esse loteamento ou não". O Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto
(respondendo ao aparte) - "Não, não fez essa consulta". O Vereador Milton
Roberto (em aparte) Senhor Vereador, eu como companheiro aqui desta Ca-
mara, eu queria que o Senhor fizesse um ofício ao Órgão Técnico que cuida
desta área para ver se existe ou não loteamento". O Vereador Alfredo Luiz da
Rocha Barreto (prosequindo) - "Eu agradeço a sugestão, nós vamos encaminhá-
la para terminar apostariamos apenas de ficar no quarto assunto, no quarto

Processo estudado que é algo bastante escabroso, bastante grande que é o caso dos combustíveis no ano de 1988 na Administração Blair Brito. O Tribunal de Contas afirma não existir nenhuma nota fiscal, nenhum comprovante, atas, avis de placa, através de numeração de carro que tenha elaborado. Os Empréstimos eram feitos, os valores eram pagos, nenhuma nota fiscal verificando nem por parte de quem recebe, nem por parte de quem pagava, recibo nenhum que pudesse justificar essa questão do combustível que rolou de manobra solta, como diz o Tribunal, parecendo que todos poderiam se dirigir a bomba, dizer que eram carros públicos que iam ter seus tanques cheios. Por isso Senhores Vereadores, para terminar, dessa vez a gente tentou trabalhar melhor, embora a gente reunisse as nossas despesas, chamamos inclusive a atenção para que assuntos dessa natureza, a gente entende que talvez fosse uma boa sugestão que a Câmara Municipal tivesse uma possibilidade de maior controle de uma equipe melhor formada, da própria Câmara para poder auxiliar, para poder assessorar, porque às vezes se torna difícil principalmente a questão do Documento, do Balanete, do Balanço de despesas em que a gente precisa de alguém mais técnico, mesmo assim, a gente entende que dessa vez está colocando a disposição, o Presidente da Câmara ainda não definiu, e como é praxe, ele tem sempre definido essas votações avisando com antecedência, nós temos a disposição ainda algumas cópias, não pudemos fazer cópias desses processos, desses históricos todos que comecei aqui a contar, mas aqueles que estiverem interessados, aqueles que quiserem passar do voto político para o voto racional, para o voto que pode mudar a situação do nosso Município, que pode fazer com que ainda, neste ano, amanhã, o ano que vem, as autoridades públicas tenham cada vez mais cuidado ao lidar com os recursos com o dinheiro público. A gente apela e coloca a disposição para aqueles que houverem interesse, nós ainda temos algumas cópias. Muito obrigado! A seguir, ouviu a Tribuna o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, observando que na legislatura anterior também foi o Relator de Contas, também do ex-Prefeito Blair Corrêa, podendo sentir como era desgastante o função de Relator. Disse que no final os membros da Comissão de Finanças e Documento analisavam o parecer, muitas vezes um esboço de mais de mil páginas, e que muitas vezes o

trabalho não consegue ser completo face os poucos recursos da Câmara. Disse que seria mais prático sempre que houvesse tomada de contas do Prefeito, o processo pudesse ser desmembrado em enus e assus, cada um dos enus membros daria um parecer específico. Adiante, teve comentários sobre a votação da Câmara em Brasília, quebrando o monopólio do Petróleo, e naquela noite, refletindo sobre assunto tão grave, lembrou dos idos de Nelson Lobato e do champagne "o Petróleo é nosso", lembra também que na mesma época Senhores Americanos após pesquisas diversas, afirmavam que não existia Petróleo em solo brasileiro. Prossequindo, disse que através da persistência de Monteiro Lobato e de outros Nacionalistas, o Petróleo foi criada pelo Presidente Vargas, e ao longo tempo a Empresa se firmara no conceito Internacional e, provando a existência de Petróleo no Brasil, hoje, detentora de tecnologia das mais avançadas em todo o mundo quanto a exploração de Petróleo. Relatou e requir, os assaltos aos cofres da Petróleo, promovidos pelo Governo Militar, falas dos defensores do Estatal, entre Estudantes, Intelectuais, Trabalhadores, marcando três ou quatro gerações de brasileiros, quando muitos haviam sido torturados ou mortos por defenderem a causa da Petróleo, da soberania Nacional. Disse que na votação da Câmara praticamente a Petróleo havia sido vendida, praticamente intrigue em troca de míseros cargos pericuidos a Deputados Federais. Lembrando que a Nação não conseguisse ficar envergonhada como um todo na medida em que o Brasil estava empobrecido demais, humilhado demais e povo precisava mais de fé do que de razão. Disse que a quebra do monopólio era motivo para o povo sair às ruas para protestar contra um ato de entreguismo, perpetrado pelos vendidos do País. Com relação a declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que não pretendia privatizar a Petróleo, disse que do mesmo forma se anunciava que a Companhia Siderúrgica Nacional não seria privatizada, e que era uma mentira, pois um dos baluartes do País na produção de aço, o maior, levado a bancarrota pelo próprio Governo que obrigava a Esu a subsidiar o aço a preços inferiores no mercado Internacional. Disse ser importante a Nação saber quem iria cuidar do Alcool Embushant, se as Empresas como Senelec, Ypiranga, Boco e Atlantic, ou se interessar pelo Alcool que era deputada

2
Londrina que em toda altura o ônus da produção do álcool seria sustentado pelo Petróleo, e assim de etapa em etapa em processo de enriquecimento progressivo o empreendimento seria privatizado, pois o início da decadência do petróleo já havia iniciado na votação da Câmara dos Deputados. Falou da conversa que houve com seus filhos, quando era indagado do significado da palavra monopólio, e confessava sua irritação com tal denominação. Explicava aos filhos dando como exemplo uma possível descoberta de água em abundância no subsolo de Cabo Frio, e, Vereadores, Prefeito e o povo em geral, criassem uma empresa para distribuição, e após, criasse uma empresa de São Paulo, ou de outro lugar qualquer do mundo com mais tecnologia para explorar tal riqueza. Indagou se o povo de Cabo Frio iria aceitar tal situação, afirmando aos filhos que por certo todos iriam lutar para manter a empresa que era de todos os cabofrienses, e assim, da mesma forma entendia o que era o petróleo. Disse que não se podia falar em monopólio quando quem explorava era o próprio Estado e o Estado era o povo, e assim a palavra, não podia ser aplicada a questão do petróleo no Brasil. Afirmou que o monopólio do petróleo no Brasil seria criado por grandes empresas, por grandes economias, porque tais grupos não atuavam no varejo, pois o que iria prevalecer eram os acordos internacionais manipulando o preço do petróleo. Disse que infelizmente, com a votação da Câmara dos Deputados o Brasil perdera um pedaço de sua Bandeira, no que encerrou seu discurso. São havendo mais Oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado o requerimento nº 063/95 e as Indicações nos 051/95, 052/95, 053/95, 054/95, 055/95 e 056/95. Terminada a Ordem do Dia e não havendo Oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente Aury Silva da Rocha, deu continuidade aos trabalhos no encerramento da Sessão, observando que em 25 de novembro de 1993, no condão de Vereador, solicitara o Bem Senhor Prefeito Municipal a gravação do Hino de Cabo Frio, para que em solenidades pudesse ser executado. O requer, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Vereadores para que se colocassem de pé pois em primeira audição, já gravado em Estado, o Hino de Cabo Frio seria ouvido por todos naquela Sessão.

Logo após, com os aplausos do Público presente, o Senhor Presidente Rui Silva do Racho encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida e apreciada Plenária, Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata da Trigesima Sessão Ordinária do Primeiro Período Regulador da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia trize de junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco

Às dezessete horas do dia trize de junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Rui Silva do Racho e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luiz Antônio de Abello Cobos, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. E têm desses responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adalberto Pinto de Andrade, Aires Sessa de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Srinidade, Carlos Roberto Siqueira dos Santos, Dirlei Pereira da Silva, Eduardo Corrêa Kitz, Swan Luiz de Araújo, Joaquim Schwindt, Marcos da Rocha Mendes, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Ferreira, Silas Rodrigues Bento, e Waldir Maurício de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguir, foi lida e Aprovada Ata da Vigésima Nonna Sessão Ordinária do Primeiro Período Regulativo. E seguir, o Senhor Presidente disse que o Senhor Primeiro Secretário procederia a leitura do Expediente e da Ordem do Dia, e, que o porvir daquela instante, de acordo com o Parágrafo quarto do Artigo cento e cinquenta do Regimento Interno, o Expediente ficava reduzido a quinze minutos, inclusive com o tempo dedicado a Tribuna. E seguir o Senhor Primeiro Secretário Vereador Luiz Antônio de Abello Cobos procedeu a leitura do Expediente que consistiu do seguinte: Projeto de Lei nº 02195 de autoria do Vereador Eduardo Corrêa Kitz, assunto: Como a denominar-se Alvarão Solon nº